

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
SERVIÇO SOCIAL**

**CAROLINA PEREIRA FERNANDES**

**Diversidade sexual e Serviço Social: uma revisão no âmbito das políticas públicas.**

Juiz de Fora  
2023

**CAROLINA PEREIRA FERNANDES**

**Diversidade sexual e Serviço Social:** uma revisão no âmbito das políticas públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Serviço  
Social da Universidade Federal de Juiz de  
Fora, como requisito parcial para obtenção  
de título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Me. Raphael Dutra Bazarelo

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fernandes, Carolina Pereira.

Diversidade sexual e Serviço Social: : Uma revisão no âmbito das políticas públicas. / Carolina Pereira Fernandes. -- 2023.

55 f. : il.

Orientador: Raphael Dutra Bazarelo

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Diversidade Sexual. 2. Sexualidade. 3. Serviço Social. 4. Políticas Públicas. 5. Revisão Integrativa. I. Bazarelo, Raphael Dutra, orient. II. Título.




**CAROLINA PEREIRA FERNANDES**

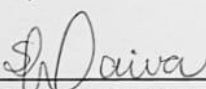
**Diversidade sexual e Serviço Social: uma revisão no âmbito das políticas públicas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Prof. Me. Raphael Dutra Bazarelo.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 19 de dezembro de 2023, por banca composta pelos seguintes membros:

  
Prof. Me. Raphael Dutra Bazarelo – Orientador

  
Prof.ª Dr.ª Sabrina Pereira Paiva - Examinadora

  
Prof.ª. Me. Nicole Cristina Oliveira Silva - Examinadora

Nota: 95,0

Juiz de Fora  
Dezembro - 2023

Dedico este trabalho à Miloca, Crou, Ric e  
vocês amigas, que me motivaram na  
realização, sem vocês eu nada seria...

## AGRADECIMENTOS

De antemão, agradeço à pequena Carol, aquela criança no interior de Minas Gerais que não desistiu de sonhar.

Como nenhuma história é construída de sozinha, por mais individual que ela possa aparecer, agradeço a todas e todos que me sustentaram até aqui, por esse longo e tortuoso caminho.

Um agradecimento especial ao meu pai Ricardo José Fernandes, não mediu esforços para que eu pudesse chegar até aqui. Você sempre foi um exemplo de pai, um exemplo de homem.

A minha mãe, Cláudia, Claudinha, Cláudia Pereira Chaves, que desde as primeiras letrinhas, como boa alfabetizadora e formadora que é, segurou nas minhas mãozinhas, não com o intuito de evitar o meu erro, mas para me guiar no sentido mais puro do apagar e tentar mais uma vez. Você que me carregou até aqui, sem você não eu mais existiria, ou se quer existiria essa pessoa que hoje posso reconhecer como quem sou. A compreensão da relação intrínseca entre família e patriarcado me fizeram reconhecer a grandeza de suas ações, de tudo aquilo que você fez por mim, de abdições em relação a você, e indiretamente em prol de Mila e eu, obrigada Crou.

A Camila, minha querida, amada, amiga e irmã, que sempre em mim confiou, me incentivou e torceu pelo meu sucesso em momentos tão singulares das nossas vidas, que precisaria de um memorando para citar o quão importante você é e sempre será para mim, Miloca. Eu sou porque nós somos.

Ao Professor Dr. Marco José de Oliveira Duarte, por todas as trocas, afetos, respeito mútuo, paciência e direcionamento ao mundo da pesquisa e extensão acadêmica, mais que orientador, aqui eu fiz um amigo. Juntos, trabalhamos em tantos projetos, uma menção especial ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq), onde fui bolsista e pesquisadora. Fizemos história. Obrigada, Maravilhoso.

Às amigas e amigos que fiz ao longo dessa jornada, o meu mais que muito obrigada, vocês me fizeram mais crítica e atenta. Sejam sempre atentos e fortes, um agradecimento especial à Laira Lúcia, Daiany Oliveira, Nicole Cristina, Dayane Cardoso, Denis Almeida, Álvaro Halfeld, Gabriela Venancio, Fabrine Bacelar, Monique Prudente e Lais Carvalho, trocamos e muito vocês fizeram a diferença em minha vida.

Àqueles que me deram sustentação com amor, carinho, momentos de descontração e acalanto: Marlon Maia, Juliana Braga, Vitor Almeida, Talles Bhering, Vinicius Peres, Isabela Almeida, Moisés Vieira e Higor Kirchermaier, vocês foram e são necessários para mim.

E ao meu amado e eterno IHS, que segue demonstrando o poder da amizade, da cumplicidade, do perdão, da comunhão e da superação das barreiras para além de físicas, nós somos gigantes. André Nascimento, Layla Cunha, Marlin, Jeffim, Barbara Fontes, Rubiane Sampaio, Caio Mendes, Gilson, Guilherme Barros, Rodolfo Almeida, Arthur Alcantara e Laryssa Assis, nós sempre estivemos aqui. Se um dia questionarem quem estava lá, não teremos dúvidas. Estávamos lá.

A minha supervisora de estágio no Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ana Paula de Souza, uma profissional exemplar, que conduziu com maestria meu processo prático pedagógico, me mostrando através do seu exemplo, das reflexões e posicionamentos crítico a profissional que almejo ser. Você faz e fez a diferença, muito obrigada pelo compromisso honrado.

E por último, mas não menos importante à classe trabalhadora, que fomenta e possibilita pessoas como eu possam estar e permanecer aqui em uma universidade pública, gratuita e que qualidade. Que cada vez mais a universidade se pinte de povo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as produções científicas nos 26 periódicos da área do serviço social, com o marco temporal do ano de 2010 a 2023, que trabalhem a temática da diversidade sexual, com foco nas políticas públicas, através da revisão integrativa. Foi realizado um resgate histórico nas ciências sociais e nas ciências humanas para uma aproximação do conceito de sexualidade e gênero adotando neste trabalho a concepção construtivista da sexualidade. Por fim, realizou-se a partir de critérios de inclusão e exclusão da revisão integrativa os artigos que versassem sobre a temática de políticas públicas com LGBT, onde pode perceber o protagonismo dos movimentos sociais para a sua concretização e desresponsabilização do Estado em sua gênese.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Sexualidade. Serviço Social. Políticas Públicas. Revisão Integrativa.



## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze scientific productions in the 26 journals within the field of social work, spanning from the year 2010 to 2023, that address the theme of sexual diversity, with a specific focus on public policies, through an integrative review. A historical exploration was conducted within the social and human sciences to approach the concepts of sexuality and gender, adopting the constructivist conception of sexuality for this work. Lastly, articles pertaining to the topic of public policies related to the LGBT community were identified based on inclusion and exclusion criteria in the integrative review. The findings underscored the active role of social movements in their realization and highlighted the State's lack of accountability in their genesis.

Keywords: Sexual Diversity. Sexuality. Social Work. Public Policies. Integrative Review.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>GÊNERO E SEXUALIDADE ENQUANTO CATEGORIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS .....</b>	<b>12</b>
1.1	MOVIMENTOS DE DISSIDÊNCIAS DE SEXUALIDADE E GÊNERO NAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980.....	19
1.2	O DEBATE BRASILEIRO.....	24
1.3	E O SERVIÇO SOCIAL?.....	30
<b>2</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL, DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – A REVISÃO.....</b>	<b>35</b>
2.1	A ANÁLISE EM QUESTÃO.....	42
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das minhas inquietações e consolidação da minha trajetória enquanto pesquisadora, aos longos dos anos, em busca do tão sonhado título de bacharel em serviço social, pela Faculdade de Serviço Social Universidade Federal de Juiz de Fora.

Meu interesse pela temática se deu através da minha vivência e entendimento enquanto mulher lésbica. Logo no início da minha trajetória acadêmica, pude me aproximar do professor Dr. Marco José de Oliveira Duarte, recém-chegado na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como professor no primeiro concurso do Serviço Social, com a vaga específica para a temática de gênero e sexualidade no ano de 2018, desde então, me relacionei ativamente com a temática, através dos espaços acadêmicos, mas não só, alinhando a academia a atividade de ativismo e impacto social.

Academicamente, pude me inserir no Grupo de Estudos e Pesquisas Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq), do qual participei em diversos projetos, podendo assim, vivenciar o tripé da formação profissional, no ensino, na pesquisa e na extensão. Inicialmente, no ano de 2018 a 2020, compus, em conjunto com outros membros da equipe, do projeto de extensão, intitulado, DIVERSE - Observatório da Diversidade Sexual e de Gênero: Políticas, Direitos e Saúde LGBT, que objetivava criar um espaço de articulação entre atores sociais do ativismo LGBT, da saúde, da rede de proteção social e dos direitos humanos, para potencializar as ações existentes e elaborar o mapeamento de projetos coletivos já existente baseados em estudos e pesquisas acerca da situação de violação de direitos, vulnerabilidades de saúde de LGBT, prevenção das violências LGBTfóbicas e promoção e garantia de saúde e de direitos LGBT, almejando fortalecer a rede de atenção e cuidados com os sujeitos LGBT.

Dessa forma, busca com esse trabalho a aproximação e a compreensão das discursões no interior da categoria profissional, com base nos artigos publicados nos periódicos da área para que possamos, em um futuro não muito distante, pautarmos uma atuação em busca da emancipação humana e o respeito a liberdade sexual e gênero.

O primeiro capítulo realizará através de uma revisão de bibliografia elementos históricos que constituem o debate de gênero e sexualidade enquanto uma categoria

nas ciências sociais e humanas no período que compreende da década de 1960 até o início da década de 1990, onde o serviço social passa a produzir conhecimento para fora dos fundamentos da profissão em seu movimento de ruptura com o conservadorismo.

Já no segundo capítulo trataremos da revisão integrativa dos artigos encontrados no levantamento bibliográfico, a fim de compreender as tratativas das publicações do Serviço Social, com foco nas políticas públicas e diversidade sexual.

É importante sinalizar que nos artigos analisados, todos eles apontam para a desresponsabilização do Estado, como provedor de bem-estar social e transferência de suas responsabilidades através de políticas públicas para a sociedade civil, seja através de fomento com transferências de verbas para execução de políticas setorializadas, seja pela tentativa de não tratar das pautas de diversidade sexual e de gênero.

## 1. GÊNERO E SEXUALIDADE ENQUANTO CATEGORIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Para compreender e apreender o conceito de gênero e sexualidade se faz necessário retomar ao seu desenvolvimento durante o tempo e espaço no campo das ciências sociais e humanas. Destaca-se a fundamental diferença de conceito no campo das ciências sociais e humanas para as ciências biológicas e da natureza, que em grande parte das vezes é assentada numa construção naturalista e/ou essencialista sobre o sexo, não adotando o conceito de gênero e negando o seu papel cultural e social durante a sua construção.

Assim sendo o conceito de gênero não é algo externo às ciências sociais e humanas, mas parte do próprio movimento na realidade de mulheres pesquisadoras, cientistas e colaboradores da temática, tendo grande importância o diálogo do movimento feminista com a academia, seja enquanto pesquisadoras e acadêmicas seja enquanto militantes sufragistas e feministas.

O conceito de gênero, hoje corrente em páginas de jornais e textos que orientam as políticas públicas, nasceu de um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas, e as pesquisadoras das disciplinas de história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outras. (Carrara et al. 2010, p.15)

É nas ciências humanas e sociais que o gênero se tornará uma categoria para a compreensão de formas estruturais e organizacionais da sociedade ou de diferentes formas de organizações societárias para além do conceito ocidental, os papéis de gênero atribuídos aos sujeitos integrados sistematicamente através de formas societárias não capitalistas, pré-capitalistas ou inseridas marginalmente ao capitalismo. Desta maneira o papel da cultura não poderá ser descartado da análise histórica sobre o conceito de gênero, a forma de organização das sociedades é atravessada por múltiplas determinações culturais, sociais, políticas e econômicas, o gênero sob este prisma de análise é também uma relação social.

Já a identidade de gênero será cunhada primeiramente pela psiquiatria norte-americana para tratar especificamente dos sujeitos que romperam com o sistema binário e biológico de gênero, colocando-se num papel contestador dos papéis sociais e do determinismo biológico na relação entre corpo e identidade, ou seja, biologia e social. É nesta relação que podemos compreender o gênero enquanto uma construção cultural perpetuada historicamente através dos dispositivos de

adestramento e disciplinamento, bem como compreender o gênero também enquanto uma pactuação social imposta desde o nascimento. (Carrara et al. 2010).

Constrói-se assim do nascimento a morte, através da imposição, os papéis sociais que cada sujeito ocupará e construirá na sociedade, de uma forma funcional à reprodução política e econômica à ordem vigente, não unicamente e exclusivamente o gênero ocupará esse papel, mas também os marcadores de classe, cor, etnia e sexualidade.

Desde 1964, o psiquiatra norte-americano Robert Stoller vem desenvolvendo estudos sobre masculinidade e feminilidade. Ele cunhou a expressão “identidade de gênero”, para designar as especificidades da travestilidade. Este é um dos fenômenos da não-conformidade com as exigências sociais de “coerência” entre o sexo anatômico, a indumentária e o gestual supostamente referentes ao sexo oposto. Esta temática será mais discutida na próxima unidade. As travestis – pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do gênero de sua escolha – elaboram identidades que não devem ser entendidas como “cópias de mulheres”, mas como formas alternativas de identidades de gênero. (Carrara et al. 2010, p.16)

Ressalta-se dois elementos principais nesta análise, primeiramente identidade é um termo originário da antropologia (Carrara et al. 2010), secundamente é que o gênero é construído também através de comportamentos, vestimentas, formas de se projetar publicamente e da própria compreensão do que se considera enquanto gênero. Desta maneira, o gênero não é o sexo biológico conforme preza áreas das ciências naturais e biológicas, mas é construído socialmente.

(...)Gênero é uma das múltiplas dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Surge, se transforma e é afetada conforme valores sociais vigentes em uma dada época. É parte da cultura, portanto. Este aparato é construído em determinado período histórico, em função de organizar a vida individual e coletiva das pessoas. É a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas. (Carrara et al. 2010, p.18-19)

Embora socialmente e culturalmente construído, o gênero também compõe parte da identidade de cada indivíduo e de suas formas de percepção sobre a realidade e sobre o próprio gênero, compreendemos assim o indivíduo enquanto sujeito social, inserido em relações que o atravessam e conseqüentemente se localizam em tempo e espaço. A construção da identidade e da identidade de gênero não é homogênea, possui suas singularidades em formações sociais e relações sociais distintas.

A categoria de gênero tem merecido um grande investimento nas discussões da antropologia da mulher. O termo convencionalizado significa a dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos. A expressão assinala o que vem sendo cunhado como perspectiva construtivista em oposição a uma postura essencialista, que poderia ser imputada, por exemplo, ao termo papéis sexuais. O conceito destaca o privilegiamento da dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um atavismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas. (Heilborn, 1993, p.51)

Heilborn (1993) colabora para a compreensão da inserção do debate nas ciências humanas e sociais, colocando a categoria gênero enquanto um campo fundamental nas discussões da antropologia da mulher em seu período histórico, é definido pela autora de forma convencionalizada para a dimensão cultural desta relação social em contraponto ao anatômico e fisiológico. Segue também trazendo a perspectiva do gênero enquanto algo construído e não biológico e essencialista, diferenciando-se assim do campo das ciências naturais e biológicas, dessa maneira o gênero é construído no seio das relações sociais de cada organização social e suas respectivas perspectivas culturais.

Destaca-se conforme Heilborn (1993) o papel que os movimentos feministas tiveram na década de 60 para a inserção do debate na academia durante a década de 70. O não descolamento da realidade na análise compreende a importância dos movimentos sociais da década de 60 para a elaboração e surgimento de debates científicos sobre as complexas movimentações sociais que ocorreram na época e seus rebatimentos no mundo acadêmico, desta maneira temas antes tratados enquanto secundários tomam uma nova perspectiva e centralidade nas ciências sociais e humanas a partir de um breve momento de ebulição dos movimentos sociais principalmente pelo impacto do Maio Francês de 1968.

A discussão em torno do gênero é tributária da invasão que os estudos acadêmicos sofreram a partir dos anos 70 pela problemática "da mulher". A entrada maciça dessa questão na academia correlaciona-se com o (re)surgimento do movimento feminista no final da década de 60 (Heilborn, 1990). Dessa maneira, o debate por parte de antropólogas afinadas com tal ideário está vincado pela discussão da propalada secundariedade feminina em termos do conjunto das sociedades conhecidas. A argumentação em questão busca frequentemente discernir as razões dessa constante na estruturação social e, não raro, incorpora preocupações programáticas do que fazer para alterar os status quo (Heilborn, 1993 apud Heilborn 1990, p.51-52)

Não há como compreender a inserção da sexualidade sem compreender o gênero enquanto um elemento fundamental e categórico de análise. Desta maneira o

surgimento da temática nas ciências humanas e sociais também data da movimentação do movimento de dissidentes sexuais da heteronormatividade no movimento real da sociedade, conforme citado anteriormente, a partir também da década de 70 sob os reflexos da década de 60.

A aproximação entre as categorias sexualidade e identidade de gênero não ocorre de maneira aleatória. A norma estabelecida pelas sociedades ocidentais foi a de supressão das dissidências e o enquadramento dos sujeitos, seja através de tomar o sexo enquanto verdade absoluta: homem e mulher, através da perspectiva biologizante e essencialista rebatendo também na sexualidade que é tratada dentro da heteronorma, a naturalização, estabelecimento e imposição desta enquanto o normal.

A natureza e o mundo da cultura, compreendendo o mundo da cultura enquanto constituído por sujeitos imbricados em relações sociais, localizados em tempo e espaço determinados e circunscritos, entram em choque para a compreensão da sexualidade. Se o sexo foi colocado no campo da disputa entre a natureza e a cultura, a sexualidade também será.

Há consenso, nas principais referências, de que a história da sexualidade é, na verdade, a história dos discursos sobre a sexualidade, conforme já havia apontado Foucault. Desses discursos, fazem parte os vários saberes científicos que tornaram o sexo objeto de estudo e reflexão. (Rohden, 2005, p.33)

Rohden (2005) em seu trabalho *A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise*, realiza um resgate bibliográfico nas principais fontes dos debates sobre gênero e sexualidade, remontando uma trajetória sobre as concepções das categorias citadas anteriormente e seus embates no campo das ciências. Para Rohden (2005) utilizando de Foucault, o percurso histórico da sexualidade é na realidade o percurso histórico dos discursos sobre a sexualidade.

A construção histórica da sexualidade no campo das ciências não é tida sem embates, a ciência por si só não se objetiva enquanto área neutra de debates e observação, mas é perpassada por ideologias e percepções distintas presentes na sociedade e em constante conflito.

A dissidência sexual da heteronorma foi, e é, instrumentalizada enquanto objeto de controle dos corpos por diferentes formações sociais no desenvolvimento histórico



da sociedade contemporânea. Controlada pela Igreja e posteriormente pelos aparatos de controles modernos, a sexualidade ocupou e ocupa um lugar no campo do debate moral, considerada a homossexualidade, até a década de 1990, enquanto uma psicopatologia pela OMS (Organização Mundial da Saúde), tendo um espaço no CID (Código Internacional de Doenças) para classificar as relações entre pessoas do mesmo gênero enquanto doença.

Esse movimento demonstra a não neutralidade das ciências e a inserção do moralismo na arena científica também enquanto ferramenta e instrumento de controle, classificação, segregação, estigmatização e separação através de marcadores sociais daquilo que se desvia à norma e moral previamente construída e estabelecida.

Nas formas de ser reificadas da sociedade capitalista madura, as esferas e dimensões da vida social são fragmentadas em “compartimentos” isolados e aparentemente “autônomos”, donde a idéia de que existe uma moral privada, outra pública; uma moral sexual, por exemplo, que se realiza de modos diferenciados, na vida privada e na pública. Mas essa aparência, expressão da alienação, não rompe totalmente com os vínculos e mediações reais; eles se (re)produzem de forma contraditória, operando-se um movimento de afirmação e negação da totalidade social em todas as suas esferas. (Barroco, 2006, p.36)

Conforme Barroco (2006), a falsa dicotomia entre o público e o privado no debate moral, utilizando-se da sexualidade enquanto exemplo, é falsa. No seio das contradições da sociedade ocidental moderna, a moral e a sexualidade ocuparam um lugar público de destaque, seja através da perseguição e extermínio, seja através da patologização de subjetividades através do discurso científico na saúde, negando o seu caráter cultural e social e determinando normas essencialistas para a compreensão.

Andrade (2010) resgata o debate sobre as ciências sociais no campo da saúde, trazendo a primeira aproximação realizada pela medicina social com as temáticas sociais. No Brasil a inserção das ciências sociais nos debates da saúde data desde a década de 1960, segundo a autora. Se por um momento o movimento de aproximação da medicina ocorre primeiramente com as temáticas das ciências sociais, posteriormente há o movimento contrário de aproximação das ciências sociais com a medicina.

O fato é que as Ciências Sociais só adquirem uma certa aproximação com a medicina nos anos 60, com alguns dilemas a serem apresentados, tais como: a inserção de novos grupos sociais no ambiente médico, questões envolvendo cura, papel do médico e das especialidades médicas, relação médico-paciente, mudanças hierárquicas, outras questões envolvendo

formação, prática e transformações tecnológicas da área da saúde também foram sendo abordadas (Montagner, 2008, *apud*, Andrade, 2010)

Compreender a aproximação das ciências sociais no debate do campo da saúde é também compreender o debate e a inserção da sexualidade no campo das ciências sociais e humanas, se uma determinada forma de se relacionar sexualmente e socialmente foi considerada enquanto patologia por segmentos científicos do poder biomédico, as ciências sociais e humanas através de seus instrumentos e ferramentas de análise, inclui-se a antropologia e leituras etnográficas de distintas sociedades, fora um contraponto fundamental para se categorizar a sexualidade e a sua construção para além do determinismo biológico e do essencialismo.

Dessa forma, historicamente, a construção do sujeito, atravessada pela sexualidade e gênero, sempre foi campo de interesse e disputa na esfera pública, particularmente, ao se identificar a perspectiva moral e repressora da sociedade, com forte conteúdo religioso, político, racial e econômico frente a perspectiva libertária, emancipatória e construtivista. Segundo Vance (1991), na Antropologia, as abordagens conservadoras sobre estes temas são denominadas de essencialistas, quando há uma compreensão tradicional do sexo e da sexualidade, quando não há mudança nem questionamento sobre tais corpos e suas regulações, ganhando notoriedade em áreas como a biologia, medicina, psicologia e mesmo a antropologia, influenciando até os dias de hoje, principalmente, ao se referir ao comportamento sexual e ao exercício da sexualidade.

Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, a partir de múltiplos fatores que estabelecem e regulam a sua direção. Assim, segundo o autor, entende-se por dispositivo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1993, p. 244)

Como ressalta o autor, os dispositivos são moldados por diversos elementos, a partir do contexto no qual o sujeito está inserido, sendo a sexualidade um destes dispositivos históricos, portanto, uma construção social. Neste sentido, somos atravessados por relações sociais e múltiplas determinações que nos permeiam a estabelecer identificações com determinadas sexualidades, gênero, raça, origem,

classe e outras identidades que constroem, formatam e molduram o sujeito e seu lugar socialmente estabelecido numa sociedade desigual.

Por muitas das vezes, o sujeito quando nasce é identificado a partir do sexo biológico e isto constitui, hegemonicamente, o seu corpo. Assim, através dele, se estabelece uma série de expectativas que vão desde comportamentos às escolhas de parceiros para relacionamentos afetivo-sexuais, inclusive, de profissões a serem desenvolvidas. O sexo, aqui demarcado biologicamente como órgão genital, pauta a lógica tradicional do sistema sexo-gênero. Para Rubin, (1975) no ensaio, *The traffic in women* (O tráfico de mulheres), o sistema “sexo/gênero” é definido “como o processo social através do qual a sexualidade biológica é culturalmente traduzida em ação”. Portanto, é este sistema sexo-gênero que marca as diferenças entre o homem e a mulher, ou o masculino e o feminino, direcionando o entendimento do sujeito às possibilidades marcadas para o exercício do desejo e da sexualidade, como também da posição social hierárquica, socialmente determinada, no qual esse sujeito pertence.

Havelock Ellis (1946) reforça o entendimento essencialista de que o sexo é o principal marcador da sexualidade e da orientação sexual, demarcando em seus escritos a importância do órgão sexual na formação do sujeito. Para o autor, “o sexo penetra a pessoa inteira; a constituição sexual de um homem é parte de sua constituição geral. Há uma considerável verdade na expressão: “um homem é aquilo que o seu sexo é” (Ellis, 1946, p. 3 apud Weeks, 1996, p. 27).

Ellis (1946) teorizou sobre a sexualidade através da experiência sexual do homem, relegando a mulher como secundária, não apenas socialmente, em espaços de poder, como também no exercício da sua sexualidade e no direito ao prazer. Segundo Weeks (1996, p. 27) “mesmo seu uso da metáfora (“penetra”) sugere uma devoção incrivelmente inconsciente aos modelos masculinos de sexualidade”.

Por outro lado, fora dos olhares da norma e moral da ideologia dominante heterossexual, cisgênera e patriarcal, as pessoas exercem as práticas sexuais das mais variadas formas, ora mais livre e com mais possibilidades de experimentações, ou não, a depender do espaço e da construção da sexualidade no local em que o sujeito está inserido, confirmando mais uma vez que a sexualidade recebe mais influência de fatores externos, do que reflexo do corpo e do sexo biológico, como já afirmado por Foucault (1993) em relação a sexualidade. Segundo o autor, “não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico (Foucault, 1993, p. 100)

A ideia do sexo intimamente ligada às práticas sexuais, como de autores na perspectiva de Richard von Krafft-Ebing (apud Foucault, 1993), foi se desconstruindo, à medida que a inserção no mundo científico das sexualidades ganhou notoriedades nos debates. Em História da Sexualidade, de Michel Foucault (1988), há o questionamento desta leitura essencialista da sexualidade, rompendo com a ideia desta como algo mecânico, "instinto ou impulso do sexo", trazendo em voga a verdade sobre a sexualidade, entendida como uma construção social.

A sexualidade, por sua vez, ganhou notoriedade enquanto debate, na medida em que há a possibilidade de analisar a sexualidade, para além do sexo e mecanicamente ao exercício sexual heterossexual entre homens e mulheres, abrindo um campo de saber para exploração e questionamentos a partir do conceito mais ampliado da sexualidade.

Segundo Weeks:

Embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico[...] os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um 'construto histórico' (Weeks, 1999, p. 38).

Sendo assim, a sexualidade, passa a ser analisada como o exercício, a performance, a forma de se relacionar e de exercer e encontrar prazer, dando enfoque na experiência do sujeito, destituindo o sexo como algo essencial para a elaboração e construção da sexualidade do sujeito.

## **1.1 MOVIMENTOS DE DISSIDÊNCIAS DE SEXUALIDADE E GÊNERO NAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980**

Os autores supracitados como marcam as décadas de 1960 e 1970 como um grande marco da inserção dos debates de gênero e sexualidade nas ciências sociais e humanas, mas no movimento real das contradições da sociedade ocidental, as mobilizações que ocorreram partem de uma contestação à ordem social vigente e delimitada em seu espaço e tempo.

As décadas de 1960 e 1970 serão fundamentais para a mobilização e constituição do que se entende enquanto movimentos sociais organizados através de novas pautas e reivindicações para além das políticas econômicas e da organização sindical dos trabalhadores. Se nos países centrais da sociedade ocidental foi possível a organização para contestar uma ordem que buscava homogeneizar e padronizar comportamentos, os demais países da periferia global estavam em lutas por redemocratização, como foi o caso do Brasil, lutas anticoloniais e de libertação nacional ou em combate militar direto contra as grandes potências do ocidente.

Para fins de melhor compreensão, partiremos do Maio Francês de 1968 para compreender a dinâmica global que ocorreu não só na Europa, mas também nos Estados Unidos e periferia global em um movimento de contestação. O Brasil e a América Latina serão abordados no próximo tópico, realizando também o resgate do movimento de dissidências sexuais no país e a aproximação com as ciências sociais e humanas.

Em 3 de maio, o movimento estudantil responde com um modesto comício na Universidade de Paris (a Sorbonne). O ministro reage com a invasão e ocupação policial do prédio e a prisão dos manifestantes. Tais medidas suscitam imediatas e imprevistas passeatas de protesto, espontâneas. Optando pelo confronto, o governo reprime com brutalidade. É o detonador da explosão. (Ponge, 2009, n.p)

O Maio Francês não irrompe do nada, mas é catalisado pela revolta estudantil contra o governo de De Gaulle, é a somatória também do movimento internacional de estudantes, pelos direitos civis, contra a burocracia dos regimes do oriente, contra o racismo e os regimes de apartheid, contra o machismo e o patriarcado, pela liberdade sexual e de gênero, contra as ditaduras militares e os regimes coloniais.

A incomum magnitude das manifestações daquele dia (em Paris, uma passeata com mais de 500 mil pessoas) dá confiança aos trabalhadores e serve de trampolim para a deflagração, no dia seguinte, de greves reivindicativas e sua disseminação. Começa a greve geral que fez passar o mês de maio de 1968 para a história: a maior de todos os tempos, com dez milhões de grevistas. (Ponge, 2009, n.p)

E prossegue:

Apesar da omissão das centrais sindicais, o processo de generalização das greves cria uma pauta nacional de reivindicações (jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; aposentadoria aos 60 anos; revogação dos decretos-leis prejudiciais ao sistema público de saúde e previdência; etc.). (Ponge, 2009, n.p)

E conclui, “Por outro lado, a amplidão da greve geral apresenta um sentido político que ultrapassa o terreno meramente sindical, negando qualquer legitimidade ao governo (“Fora De Gaulle!”, gritam os manifestantes)”. (Ponge, 2009, n.p)

O movimento de estudantes contra a repressão universitária aglutinou trabalhadores em luta por pautas econômicas e sindicais, tomando um sentido político de contestação ao regime de De Gaulle na França. Contudo o resultado não foi vitorioso para as reivindicações políticas, mas possuiu um impacto incontestado no mundo da cultura e da política mundial, se por hora o movimento de trabalhadores e estudantes fora derrotado nas urnas por De Gaulle, a mobilização ecoou o globo em uma década de efervescência política, ideológica e cultural.

Em suma, depois de enfraquecer a greve com a atomização das negociações, o PCF, a FGDS e as centrais sindicais curvaram-se diante de De Gaulle, aceitando que este último desse as cartas. Ele, que profetizara o caos se a greve continuasse, apareceu como um homem forte capaz de trazer saídas, garantir a ordem, evitar o abismo. O eleitorado flutuante votou nele. Na verdade, eram eleições feitas sob medida por e para De Gaulle: ele as convocou, as organizou, as garantiu, as realizou. Foi o incontestado vencedor. (Ponge, 2009, n.p)

Não é consenso a análise sobre o Maio Francês, muito menos acerca de seus resultados, se é bem verdade que demarca uma alteração política no marco global, o que se tem posteriormente é o avanço do neoliberalismo no ocidente, com a reorganização do Estado e de suas formas de controle e gerência. O que se torna inegável é a reorganização dos regimes globais e da alteração nas formas de percepção dos debates de sexualidade, gênero, cor e etnia.

Outra é a situação mundial. Foi preservado o statu quo, mas com extrema dificuldade. Os governantes têm a plena consciência de que o decênio seguinte abre-se sob o signo de um equilíbrio instável. O vulcão não está morto, nem domado, somente descansando ou, quem sabe?, apenas aguardando novas oportunidades. O que os anos 70 virão confirmar: derrota dos EUA no Vietnã; Revolução dos Cravos no Portugal; derrubada de Somoza, na Nicarágua, e do Xá, no Irã (duas das mais antigas ditaduras), etc. Até Ronald Reagan e Margaret Thatcher, por volta de 1979, conseguirem retomar a iniciativa e impulsionar efetivamente a marcha conquistadora do chamado neoliberalismo (cuja análise não cabe neste trabalho). (Ponge, 2009, n.p)

Ou seja, os impactos são nas novas formas de sociabilidade e de questionamento da ordem ocidental e do próprio status quo disciplinador do trabalho (Harvey, 2008), em partes por isso a adesão do movimento operário e sindical às lutas

do Maio Francês de 68 e sua organização global contra o solapamento das condições objetivas de sua existência. É o questionamento do enquadramento das experiências sociais, objetivas e subjetivas, de um modo de ser padronizado e propagado historicamente.

Para Deleuze e Guattari (2015) as mobilizações que ocorreram na França não foram em decorrência de uma crise nem uma reação, mas a própria crise que ganhou uma dinâmica no movimento real da sociedade.

E isso porque os fenômenos históricos que invocamos eram acompanhados por determinismos ou causalidades, ainda que de outra natureza. Maio de 68 é da ordem de um acontecimento puro, livre de qualquer causalidade normal ou normativa. A sua história é uma "sucessão de instabilidades e de flutuações amplificadas". Houve muitas agitações, gesticulações, falas, besteiras, ilusões em 68, mas não é isso que conta. O que conta é que foi um fenômeno de vidência, como se uma sociedade visse, de repente, o que ela tinha de intolerável, e visse também a possibilidade de outra coisa. É um fenômeno coletivo na forma de: "Um pouco de possível, senão eu sufoco..." O possível não preexiste, é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida. O acontecimento cria uma nova existência, produz uma nova subjetividade (novas relações com o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho...) (Deleuze; Guattari, 2015, p.119)

Deleuze e Guattari (2015) suspendem o Maio Francês de qualquer determinismo ou causalidade, para os autores ocorre um grito de rebeldia incontestado em contestação ao que estava previamente estabelecido dentro do modelo disciplinar e moral ocidental (Harvey, 2005). Os efeitos produzidos foram a possibilidade momentânea de questionamento e reorganização de padrões morais e comportamentais no sentido de produção de uma liberdade, mesmo que momentânea, de criar um modo coletivo de organização social possível gerado pelo movimento.

Se para Deleuze e Guattari (2015) não há determinismos e causalidades, é incontestado o avanço no mundo das ciências sociais e humanas na década de 60 e 70 das produções questionadoras da normatividade de gênero e sexualidade. No movimento real é a partir das duas décadas que se mobilizam elementos necessários para a contestação e que abrem espaços para as dissidências sexuais e de gênero.

Se nas décadas seguintes o poder biomédico assume a centralidade, conclamado para respaldar o mundo científico na epidemia de AIDS/HIV, as ciências sociais e humanas assumem um contrapeso na narrativa hegemônica sobre os debates de sexualidade, novamente o estigma é utilizado pela moral dominante para marginalizar dissidentes sexuais e de gênero.

Desta forma, na década de 1980, mundialmente e no Brasil, emerge uma pandemia que despertou os olhares para o comportamento sexual, sendo caracterizada como um marcador importante na aproximação e centralidade do comportamento sexual, o surgimento do HIV e da AIDS. Que traz a urgência do debate à luz do dia, como discorre Sontag (1989 *apud* Weeks, 1999. p. 25) que “a AIDS tornou-se mais do que um conjunto de doenças: ela se tornou uma poderosa metáfora para nossa cultura sexual. A resposta à AIDS tem sido vista como um sinal de nossa confusão e ansiedade crescentes sobre nossos corpos e suas atividades sexuais”, inicialmente, conhecida como “peste gay”, que logo se alastrou por todos, indiferente do sexo ou da orientação sexual.

Segundo Weeks (1999. p. 58), “a AIDS serviu para cristalizar um conjunto de ansiedades sobre mudanças no comportamento sexual, as quais, desde 1960, se focalizavam no crescimento de uma consciência gay autoafirmativa”. Assim, novos olhares surgem para o estudo das práticas sexuais e comportamentais, como também afirmou Herdt e Lindenbaum (1992)

As demandas práticas para analisar e para dar respostas à epidemia têm dado, portanto, um importante estímulo às abordagens construcionistas sociais na antropologia e em disciplinas relacionadas, na medida em que dados culturais têm sido crescentemente utilizados para desconstruir noções aceitas de conduta sexual (HERDT E LINDENBAUM, 1992. p. 92 *apud* PARKER, 1999, p. 92 ).

Como afirma Parker (1999), “Assim como pesquisas recentes têm demonstrado que não há relação necessária ou intrínseca entre comportamentos sexuais e identidades sexuais, muitos estudos têm demonstrado, também, as ligações complexas (e algumas vezes contraditórias) entre comportamento, identidade e a formação de comunidades sexuais (Parker, 1999, p. 96)

Nessa fase, evidenciou a falácia do que antes era declarado como universal, a transitoriedade do exercício da sexualidade. Por mais que os modelos biomédicos, de certa forma, estabeleçam uma relação entre heterossexualidade e homossexualidades, desejos sexuais e práticas sexuais, a diversidade sexual se mostrava cada vez mais presente em diferentes espaços, culturas e religiões, apesar da dita repressão sexual.



## 1.2 O DEBATE BRASILEIRO

O debate brasileiro está inserido no contexto ditatorial que assolou a América Latina, no caso nacional esse período durou de 1964 até 1985, tendo sua máxima com o AI-5 com a perseguição, prisão, tortura e assassinato de divergentes do regime, bem como as sucessivas tentativas de silenciamento de movimentos sociais, populares e de trabalhadores.

Neste contexto se subscreve tanto as movimentações sociais em torno de sexualidade quanto de gênero, levando em consideração os movimentos gays e de lésbicos e de travestis.

Para Loyola (2000) os debates de sexualidade no Brasil datam do final da década de 1970 e início da década de 1980, para a autora principalmente nos meios acadêmicos, enquanto os debates de gênero, mais especificamente de mulheres cisgêneros, datam da década de 1960 com as questões relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho e na forma de produção e reprodução dentro do capitalismo brasileiro.

Assim, quando no início de 1983, juntamente com Peter Fry, Arakcy Martins Rodrigues e Lia Fukui, tentamos organizar o Primeiro Seminário do Grupo de Trabalho Sexualidade e Reprodução, que coordenávamos na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), nos deparamos com um verdadeiro deserto de estudos sobre esse tema. Não obstante, conseguimos reunir trinta e sete *papers* produzidos por antropólogos, sociólogos, psicanalistas, médicos e historiadores, alguns já citados, para discutir a sexualidade, a partir de cinco temas principais: as relações entre os sexos; a constituição da sexualidade; sexualidade e identidade; casamento e outras formas de relacionamento sexual-afetivo; planejamento familiar. (Loyola, 2000, p.146)

Se para Loyola (2000) o marco dos debates da sexualidade possui relevância nos meios acadêmicos de divulgação e pesquisa, bem como o seminário de 1983 do Grupo de Trabalho Sexualidade e Reprodução, a mídia alternativa cumpriu um papel fundamental para o levantamento da questão numa possibilidade de articulação dentro do regime militar.

Os jornais *Lampião da Esquina* e *Chana com Chana* cumpriram um papel fundamental no debate da homossexualidade no país, com a relevância e sendo considerado como o pontapé inicial no Brasil do movimento homossexual, considerando a homossexualidade em seu amplo espectro.

O *Lampião da Esquina* é considerado o primeiro jornal nacional a tratar abertamente a questão da homossexualidade, valendo-se no momento político da época, ou seja, a ditadura militar, indo de encontro ao conservadorismo e repressão da época. Tal publicação lançada em abril de 1978 é considerada por alguns pesquisadores e estudiosos como o marco zero do movimento homossexual brasileiro. (Prata, 2008, p.14-15)

É através desse movimento em torno do *Lampião da Esquina* que a homossexualidade deixa de ser tratada enquanto algo marginal no cenário conservador e repressor brasileiro e toma uma centralidade na mídia alternativa, influenciando posteriormente os debates intelectuais dentro da academia. A articulação do jornal, de seus editores, com o grupo *Somos* foi de extrema importância para o movimento homossexual e de dissidentes sexuais brasileiro.

Quando a Universidade de São Paulo, em fevereiro de 1979, organizou um debate público sobre as chamadas minorias, o jornal esteve presente. Foi a partir da iniciativa do jornal junto ao Grupo *Somos* que em 1980 realizou-se em São Paulo o 1º Encontro Nacional de Gays e Lésbicas do Brasil, e não há dúvida de que o jornal foi um forte catalisador para a sua concretização. (Rodrigues, 2007 *apud* Prata, 2008, p.16)

O jornal *Lampião da Esquina* teve a sua última edição publicada em 1981, tendo tido uma forte expressão e contribuição para o debate de sexualidade no contexto brasileiro, impulsionando na cena pública e dentro dos dissidentes de expressões de sexualidade uma ampla mobilização em torno da temática (Prata, 2008).

Se é bem verdade que o movimento homossexual teve um pontapé inicial a partir dos elementos previamente abordados, o movimento homossexual de mulheres lésbicas sofreu um duplo apagamento, tanto do movimento feminista na década de 1960 quanto do movimento homossexual masculino na década de 1970.

O *Lampião da Esquina*, de corpo editorial exclusivamente masculino, na busca pela garantia de igualdade de espaços, destinou alguns momentos de seus números para as pautas levantadas pelas mulheres lésbicas. Esse tipo de espaço fez aflorar nessas mulheres a urgência em se ter um espaço próprio para que suas pautas pudessem ser atendidas em sua totalidade, algo que não ocorria, segundo elas, no jornal *Lampião da Esquina*. Essa necessidade fez com que as mulheres lésbicas se organizassem para a produção de um periódico próprio que refletisse a totalidade de seus anseios, assim surge o *ChanacomChana*. (Eddine et. al. 2021, p.5)

É neste cenário de invisibilidade que o movimento lésbico se organiza através da mídia alternativa no periódico *Chana com Chana*, abrindo um espaço de visibilidade e compartilhamento de informações, trocas e vivências de mulheres lésbicas.

O movimento lésbico emerge no cenário de críticas e contradições da segunda onda do movimento feminista em 1960 (Eddine et. al. 2021), invisibilizadas dentro do próprio movimento e buscando uma inserção dentro do movimento gay o machismo se faz presente bem como a invisibilização das sexualidades dissidentes femininas.

Após a separação do grupo Lésbico Feminista do grupo SOMOS, o grupo passou a se identificar como lésbicas-feministas. Um marco dessa nova época do grupo, foi a publicação do Chanacomchana, divulgado inicialmente no formato de jornal, em 1981, porém o grupo se desfez e, surgiu o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), tendo como fundadoras Miriam Martinho e Rosely Roth que retomaram a produção do Chanacomchana agora no formato de boletim, de publicação trimestral contendo 12 edições, sendo a primeira do ano de 1982 e a última em 1987. (Sales, 2019 apud Eddine et. al. 2021, p. 6).

Se a priori houve uma ampliação do espaço no jornal Lampião da Esquina para a divulgação e debate sobre homossexualidade feminina, bem como a inserção de lésbicas no grupo Somos, esse processo não ocorreu de forma linear e sem conflitos.

O grupo SOMOS formado por intelectuais da época que estavam descontentes com a vida de "gueto" a qual os homossexuais estavam subordinados, pela primeira vez se manifestou em público durante um debate promovido pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Este ato foi de extrema importância para a militância homossexual, tendo em vista, que após este fato, várias outras manifestações surgiram em defesa dos Direitos Sexuais. (Prata, 2008, p.17)

Conforme Prata (2008) o grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual foi formado primeiramente e exclusivamente apenas por homens, retirando de cena o debate da sexualidade feminina e suas particularidades enquanto mulheres e homossexuais e mulheres, negras e homossexuais. Sendo assim o grupo se dissolve em 1983.

Nesse mesmo ano, em maio, ocorreram também dois racha no Somos, dividindo-o em três grupos: O Somos, o Grupo Lésbico-feminista, posteriormente rebatizado de Galf (Grupo de Ação Lésbico-feminista) e o grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. (Facchini, 2005 apud Prata, 2008, p.18)

Dessa maneira compreender o movimento de dissidências sexuais no Brasil e no mundo é compreender as suas contradições e rupturas, mais do que suas continuidades, não há um modelo homogêneo de militância ou apreensão da realidade, muito menos de consenso teórico sobre os elementos que perpassam os marcadores de sexualidade e gênero.

Os conflitos e as contradições se expressam no movimento real com impactos sobre exclusão e apagamento de lésbicas, lésbicas negras, travestis, travestis negras

e sexualidade de dissidentes de gênero. Os marcadores raciais e de classe também são de fundamental importância no debate sobre sexualidade, ou o não debate e seu apagamento histórico e tentativas de silenciamento.

As pesquisas até aqui elencadas destacam esses periódicos como um instrumento de resistência, visibilidade e identidade para a população LGBT. Mostra, também, a movimentação assumida pelas mulheres lésbicas ao não se perceberem representadas dentro de um espaço formado por homens, ainda que fossem homens homossexuais que sofriam preconceitos devido a sua sexualidade e sistema político vigente. Esses periódicos mostram os caminhos percorridos, durante o final da década de 1970 e meados de 1980, para que os direitos fundamentais fossem assegurados à parcela da população que era negligenciada e lançada à margem da sociedade, sobretudo dentro de um regime que tinha como lema a defesa da moral e dos bons costumes. (Eddine et. al., 2021, p.14)

O protagonismo assumido pelas mulheres lésbicas em torno de suas pautas, reivindicações e visibilidade foi de fundamental importância para o movimento LGBTQIA+ contemporâneo e para a obtenção de espaço, ou disputa dele, nas décadas de 1970 e 1980. Compreende-se a sexualidade também enquanto campo de disputa perpassado pelos marcadores de gênero e pelo patriarcado.

Se para Loyola (2000) o início dos debates de sexualidade marca da década de 1980 dentro do mundo acadêmico, pode-se analisar através dos elementos expostos acima que a mídia alternativa cumpriu um papel fundamental para impulsionar os debates de sexualidade dentro da sociedade civil a partir de intelectuais organizados no jornal *Lampião da Esquina* e do periódico e/ou boletim *Chana com Chana*. A partir dessas publicações se tornou possível a organização e mobilização de dissidentes da heterossexualidade em torno de suas pautas e reivindicações por um lugar não-marginal dentro da sociedade, compreendendo que os direitos civis foram garantidos após os anos 2000.

Mesmo com a redemocratização do Estado brasileiro e o pressuposto universal de direitos, dissidentes da heterossexualidade e da cisgeneridade foram deixados à margem da sociedade, sendo instrumentalizada a violência e o estigma, principalmente com a emergência da pandemia de AIDS, considerada enquanto uma peste gay.

Conforme Loyola (2000) é a partir da década de 1980 com o advento da AIDS que os debates sobre sexualidade se consolidaram dentro das ciências sociais, ciências humanas e ciências médicas. Instrumentalizado enquanto algo funcional à estigmatização, negação sistemática de direitos e do acesso à saúde, a pandemia de

AIDS não atingiu apenas homossexuais, mas todo o conjunto da sociedade, mas no campo moral foi associada ao sexo entre pessoas de mesmo gênero, principalmente homens homossexuais. A partir desse estigma houve toda uma reorganização estética e moral das formas de expressar e de se projetar socialmente.

A violência contra LGBTs no Brasil é histórica e corrobora com os padrões de comportamentos que fundaram os padrões sociais e morais brasileiros, portanto, ela não pode ser entendida como um fenômeno com um significado interpessoal, particular e exclusiva entre pessoas. Ela não começa nem termina num ato violento de um sujeito isolado (o/a violador/a) contra um outro indivíduo LGBT, mas fundamentalmente é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero. Portanto, essa violência é construída por paradigmas da opressão de gênero, por repressões sexuais, por padronizações de comportamentos e, sobretudo, por uma bagagem histórica, cultural e social dos componentes relacionais que substancializam a ordem patriarcal. (Peixoto, 2018, p.8)

Assim sendo, a violência contra dissidentes de sexualidade e gênero no Brasil não é um fenômeno contemporâneo, mas construído historicamente de acordo com a perspectiva ocidental, patriarcal, heterossexual, cisgênera e branca. Não deve ser analisada enquanto mera violência de um indivíduo para com outro, mas a negação da alteridade e das possibilidades de se constituir de forma dissidente na sociedade ocidental.

É sistêmica e estrutural, não só no Brasil, mas em todo o globo, as formas de opressão de sexualidade, gênero e raça tomam um significado funcional à estruturação do capitalismo ocidental e da moral necessária para o enquadramento ideológico dos sujeitos viventes neste modelo de produção e reprodução das relações sociais.

Conforme Facchini *apud* Prata, 2008 os movimentos de dissidências sexuais no Brasil podem ser divididos em dois momentos, a “primeira onda” que data do final da década de 1970 até a década de 1980 e a “segunda onda” que se forma no final da década de 1980 e se empurra até a contemporaneidade do movimento.

No quadro geral do movimento mundial, é no seio da ditadura militar que se desenvolve o movimento de dissidências sexuais e de gênero no Brasil, influenciado sob o contexto do Maio Francês de 1968 ao mesmo tempo em que se emerge uma contracultura no país no campo das artes. Nas universidades, mesmo com a censura e a repressão há ainda a possibilidade de se levantar debates de importância para a sociedade num geral, como foi o caso da emergência dos estudos feministas na

década de 1960 e os estudos de sexualidade nas décadas seguintes até a redemocratização.

Localiza-se, grosso modo, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970, tendo como ponto mais alto o período entre 1965 e 1972. Além das já citadas manifestações do período pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres e negros, pela liberação sexual, pelo movimento pacifista e anti-guerra, pela defesa da ecologia e o combate a autoritarismos de todos os tipos, a contracultura abarcava também a experimentação e o uso de substâncias lisérgicas e drogas mais leves, como a maconha, a disseminação de práticas esotéricas vindas do Oriente, novas bandas pop, de rock e folk, e a formação de comunidades alternativas nas quais comunidades hippies passariam a se formar, longe dos grandes centros urbanos, em busca de uma vida livre e comunitária integrada à natureza, independente e longe dos grilhões da civilização e do “sistema”. A oposição a este, cujo início muitas vezes se localiza a partir do assassinato do presidente Kennedy, se daria de forma mais direta tanto nos embates dos jovens com a polícia (como os diversos sit-ins e o famoso protesto de 1968 na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, entre tantos outros), quanto nas manifestações de rua contra a guerra, pelos direitos civis e na chamada “Nova Esquerda” americana. (Ilari, 2017, n.p)

No quadro da conjuntura global, pode-se definir os períodos de emergência da contracultura já a partir do final da década de 1950, com sua expressividade máxima atingida nas décadas de 1960 e 1970, embora sob regimes militares, a América Latina não passou imune às influências dos movimentos de contestação e das influências da contracultura.

No Brasil, os “anos 1960” são necessariamente associados aos chamados “anos de chumbo”, pautados pelo golpe militar em 1964 e o recrudescimento do regime nos anos que se seguiram; a repressão violenta aos estudantes teve início no Rio de Janeiro em março de 1968, quando Edson Luís de Lima Souto, um jovem de 17 anos, foi baleado pela polícia que invadira o restaurante Calabouço, frequentado por estudantes. Em sua missa de sétimo dia, uma passeata de 50 mil pessoas, assediadas por sucessivas cargas da cavalaria militar, transformaria o Rio em praça de guerra. A revolta se espalharia por centros universitários em diversas cidades pelo país afora, e resultaria em dezenas de presos, feridos, baleados e mais mortes. Em 26 de junho do mesmo ano, a Marcha dos Cem Mil no Rio de Janeiro contou com o apoio de intelectuais, artistas, padres, professores, pais e mães, o que assegurou o freio à repressão policial. Blindados nas ruas (os denominados “brucutus” e “tatus”) pautavam o clima de insegurança, agressões, depredações e bombas. No mês de outubro, em São Paulo, o confronto Mackenzie vs. Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na Maria Antônia, resultou na morte do secundarista José Guimarães, baleado na cabeça. Ainda em outubro, 720 estudantes eram presos em Ibiúna, em um congresso da UNE, e em 13 de dezembro o general Costa e Silva ordenaria o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, suspendendo as garantias constitucionais e inaugurando, com a instituição do famigerado ato AI-5, o período mais obscuro da ditadura militar no país. (Ilari, 2017, n.p)

Ilari (2017) remonta os acontecimentos na década de 1960 no Brasil com a repressão e os anos de chumbo, bem como o decreto do AI-5 que institucionalizava o terrorismo de Estado no Brasil, com a perseguição, tortura, assassinatos de militantes ou de quem fosse considerado enquanto ameaça ao regime.

A produção artístico-cultural dos anos 1960 assenta-se assim, necessariamente, em relação a esse contexto de repressão, que foi bravamente combatido, no meio artístico, por importantes expoentes da música, do cinema e do teatro brasileiros. Ainda quando perseguidos pela polícia, exilados ou torturados, uma série de artistas engajados tiveram papel primordial em um dos capítulos mais intensos e artisticamente relevantes da produção cultural no país, revelando de forma combativa muito da inquietação e opressão do período. (Ilari, 2017, n.p)

Sendo assim, conclui-se que os debates de sexualidades e gênero, dissidências e afins emergem num contexto de efervescência cultural e política de contestação à moral ocidental e suas imposições necessárias para o funcionamento disciplinador da sociedade ocidental, Harvey (2005) trabalha com a análise dos comportamentos disciplinares funcionais à sociedade fordista, com a crise e o avanço do neoliberalismo no globo houve uma modificação na forma de organização da sociedade disciplinar. Se permitiram alguns avanços no campo da moral, da cultura e da liberdade, no plano econômico há o ataque incessante às organizações clássicas representativas de classe e a reestruturação do mundo do trabalho ao passo em que surgem novas demandas e formas de organização das consideradas minorias na sociedade, é neste contexto que se avançam os debates e mobilizações em torno de sexualidade, gênero, cor, etnia.

### **1.3 E O SERVIÇO SOCIAL?**

O Serviço Social nas respectivas décadas ainda não havia atingido o seu nível de cientificidade e inserção no mundo acadêmico, de maneira subalterna começará a se aproximar das ciências humanas e sociais a partir da inserção das escolas de Serviço Social nas universidades nos marcos do sistema educacional da autocracia burguesa. Para Netto, 2005, p. 126 “De um lado, propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia.”

Se anteriormente o Serviço Social possuía enquanto norteador de sua prática a doutrina social da Igreja, a sua inserção no âmbito acadêmico promove uma preocupação com a sua própria produção de conhecimento enquanto forma de legitimar o seu status profissional, saindo do campo de uma formação moral para as moças para o alargamento de suas bases enquanto profissão localizada na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2008).

Contudo, essa produção acadêmica até o processo de ruptura com o conservadorismo é praticamente irrelevante, no ponto de vista progressista, com traços de hegemonia de uma ação e pensamento voltado ao ajustamento moral e social dos indivíduos, com fortes traços positivistas e estruturais-funcionalistas, instrumento de controle e de ação do Estado enquanto necessário para o desenvolvimento capitalista.

Retomaremos alguns elementos fundamentais do processo de renovação da profissão para compreender os motivos da produção teórica até os anos anteriores à renovação (décadas de 1960, 1970 e 1980) serem dispensáveis para a análise e se localizarem num campo conservador e essencialista no debate das ciências humanas e sociais, não tendo nada sobre sexualidades e dissidências, por ser uma profissão fundamentada sob a ótica conservadora e moralista, o com viés de ajustamento dos sujeitos sociais e irrelevante cientificamente até então.

A contestação do Serviço Social tradicional no Brasil e na América Latina, conforme Netto (2005) se localiza dentro dos marcos de 1968 e as lutas que emergem desse processo debatido anteriormente neste trabalho. Denominado pelo autor enquanto movimento de reconceituação do serviço social, esse movimento se configura no terreno das lutas nacionais e do movimento contestatório previamente estabelecido na América Latina contra o imperialismo.

O subdesenvolvimento será a palavra máxima para compreender o empenho do Serviço Social em utilizar o desenvolvimento de comunidade e responsabilizar os próprios sujeitos localizados nos marcos da pobreza para solucionar seus problemas coletivos através de uma compreensão equivocada e com uma solução errônea e voluntarista, mas demonstrando um avanço em relação ao fazer tradicional da profissão.

Netto (2005), irá localizar temporalmente esse processo entre os anos de 1965 e 1975, destacando enquanto fundamental durante esse processo a aproximação com o marxismo, mesmo que vulgar ou sem critérios científicos, para compreender e



analisar a realidade, “a partir de então, criam-se as bases, antes inexistentes para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas” (Netto, 2005, p. 149).

[...] a renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional – esta é a evolução que leva da ação quase exclusiva do CBCISS ao debate nas escolas (principalmente nos cursos de pós-graduação) e, posteriormente, à conjunção desses dois espaços com aqueles de organizações estritamente profissionais. (Netto, 2005, p.153)

É este o processo que localizará os seminários de teorização e que colocaram perspectivas de fazer, pensar e desenvolver teoricamente o Serviço Social, em conflito. A primeira delas é a perspectiva modernizadora que visava instrumentalizar a intervenção profissional de acordo com as necessidades de desenvolvimento do capitalismo e do Estado a partir de 1964, tendo como máxima os textos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) (Netto, 2005).

A segunda vertente conforme Netto, (2005), p. 157 é a reatualização do conservadorismo que “trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão.” Negando tanto o positivismo quanto o pensamento marxista, oriunda do pensamento católico tradicional e de forte inspiração fenomenológica. Essa perspectiva profissional tem a sua expressividade nos seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984).

A terceira vertente é a intenção de ruptura que para Netto, 2005, p.159 “esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.” Propondo uma ruptura com os dois modelos anteriores e se aproximando com o debate iniciado em 1965.

A intenção de ruptura estava aliada aos interesses históricos das classes subalternas que por algum momento pareceu possível ser realizado antes de 1964 e do golpe militar, é uma continuidade do processo (Netto, 2005). Se colocou no movimento das possibilidades dentro da realidade e um Estado ditatorial enquanto oposição e resistência.

Só pode obter uma liberdade de movimentação dentro da categoria, até se tornar hegemônica, no final da ditadura militar, já em crise e em desmoronamento pela retomada das lutas por democracia, neste quadro a vanguarda de profissionais aliados à intenção de ruptura cumprirá um importante papel para a categoria. Para

Netto, 2005, destacam-se dois momentos de produção: o Método Belo Horizonte e o trabalho de Yamamoto.

As direções das entidades sindicais já possuíam uma análise crítica do caráter conservador presente na organização do III CBAS e entendiam que as condições objetivas para uma intervenção no III CBAS estavam dadas pelas lutas sociais em curso no país, e pela mobilização sindical da categoria, para combater o conservadorismo. A convicção da importância de travar uma luta política no interior do congresso, na disputa pela hegemonia do projeto profissional seria, portanto, uma possibilidade devido às particularidades da conjuntura e ao próprio acúmulo e base política das entidades sindicais junto aos setores combativos da categoria, que se aproximaram das APAS, Sindicatos e oposições sindicais dos assistentes sociais em seu processo de rearticulação sindical. (ABRAMIDES; CABRAL; 2009, p.62-63)

O processo de ruptura com o conservadorismo se consolida no III CBAS, onde a partir deste evento em 1979 há a tomada de frente da organização profissional pelo movimento de vanguarda dos trabalhadores assistentes sociais organizados politicamente, é a partir desse momento e deste movimento que os novos códigos de ética surgem em 1986 e posteriormente o atual de 1993, com novos direcionamentos e gestando no seio da categoria profissional um projeto ético-político compromissado com as classes subalternas e na luta contra qualquer forma de discriminação.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; IV. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012)

Não é a intenção aqui realizar um resgate aprofundado sobre a história do Serviço Social e sim localizar no campo do debate das ciências humanas e sociais, a sua aproximação com as ciências humanas e sociais ao se constituir enquanto curso universitário e os rumos tomados após a consolidação do projeto ético-político hegemônico em 1993, passando a abordar temáticas como o reconhecimento da liberdade enquanto valor ético central e a atuação profissional voltada à defesa dos direitos humanos e a localização da temática de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no seio da categoria a partir do ano supracitado.

Se nas ciências sociais e humanas a temática de gênero e sexualidade são localizadas nas décadas de 1960 e 1970, no Serviço Social esse movimento é retardatário pela própria configuração histórica, teórica e metodológica da profissão.

Esse breve percurso pelos fundamentos teóricos se faz fundamental para a localização do debate proposto, são disputas teóricas e políticas que marcaram o curso do Serviço Social brasileiro, os seus rumos e os debates realizados, se no primeiro momento há um debate endógeno da profissão, no segundo momento a profissão se abre aos temas de interesse geral da sociedade.

## **2 SERVIÇO SOCIAL, DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – A REVISÃO**

Antes de adentrarmos no tópico principal desse trabalho, faz-se necessário um retorno a metodologia utilizada para o levantamento dos dados que serão tratados e retomar à ideia central que é analisar as produções teóricas e científicas sobre a temática da diversidade sexual e a sexualidade no Serviço Social.

Para a elaboração do material de análise, foi utilizado como metodologia a revisão integrativa, metodologia essa que implica na aproximação do real e elaboração da síntese de determinado assunto, delimitados por temas, período, critérios para exclusão e inclusão para uma análise no momento seguinte.

O processo da revisão integrativa é realizado em etapas (JACKSON, 1980; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010), inicialmente, propõe-se 5 fases para a sua elaboração, sendo elas: a elaboração da pergunta norteadora, sendo essa a primeira etapa e assim a parte fundamental do processo. A partir da pergunta norteadora é possível delimitar e definir qual informação pretende-se extrair, quais serão os critérios de inclusão e exclusão e de qual forma, no sentido de intervenção será necessária para que o objetivo seja alcançado.

Dando sequência ao modelo de revisão integrativa, na segunda etapa (JACKSON, 1980; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) realiza-se a busca de dados, a partir dos critérios estabelecidos na primeira etapa, ou seja, a busca por dados, a fim de responder o questionamento inicial, a partir dos critérios de inclusão e exclusão previamente definido.

A terceira etapa, consiste na coleta de dados, através de uma leitura e análise inicial do material encontrado (JACKSON, 1980; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Na quarta fase há um adensamento na análise dos dados encontrado e por fim, na quinta fase é realizada a apresentação da revisão integrativa como resultado da pesquisa.

É necessário ressaltar que,

A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas

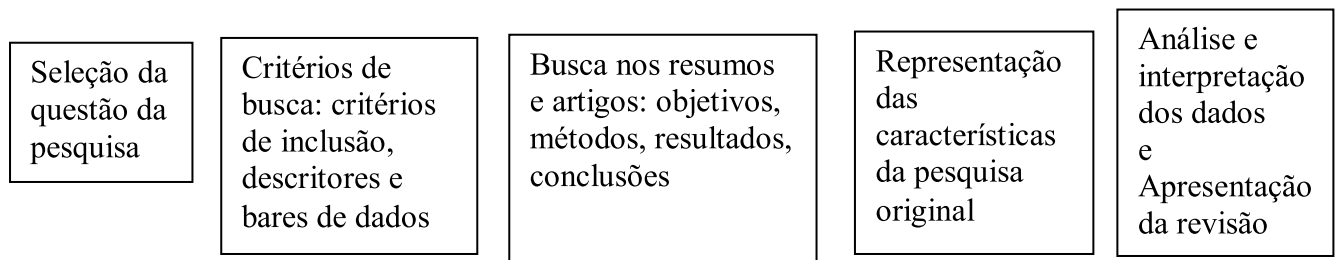
metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103).

Ressalta-se ainda, que a revisão integrativa,

É a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 103).

Para uma melhor compreensão, segue a ilustração da modelo que norteou a revisão integrativa, abaixo, na Figura 1

**FIGURA 1 – Etapas da Revisão Integrativa**



**Fonte:** Sistematizada pela autora, (2023).

Assim, o referido trabalho, teve como proposta inicial, ou seja, como pergunta norteadora: qual a produção teórico-científica acerca do debate de diversidade sexual na literatura do serviço social no Brasil com foco nas políticas públicas.

Para responder esse questionamento, foi selecionado como a busca a partir dos artigos produzidos nos 25 (vinte e cinco) periódicos da área de conhecimento, sendo eles: Argumentum, Em Pauta, Katálysis, Libertas, O Social Em Questão, Oikos, Praia Vermelha, Revista Direitos, Trabalho E Política Social, Revista Emancipação, Revista Gênero, Ser Social, Serviço Social & Sociedade, Serviço Social Em Debate, Serviço Social Em Perspectiva, Serviço Social Em Revista, Sociedade Em Debate, Temporalis, Revista Eletrônica Mutações, Revista De Políticas Públicas, Textos & Contextos, Serviço Social E Saúde, Moitará, Goitacá, Revista Resistência Litoral, Serviço Social & Realidade.

Como marco temporal, foi delimitado de 2010 a 2020. Tomou-se como data início o ano de 2010 pela importância da data, sendo em 2010 um marco temporal e histórico, que foi institucionalização do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) intitulado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e Geração”, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no Rio de Janeiro no ano de 2010.

Como descritores da pesquisa, foi se utilizado a “diversidade sexual”, “LGBT”, “transexualidade”, “travestilidade”, “transgeneridade”, “homossexualidade”, “dissidências sexuais”, “atuação profissional” associado ao descritor-chave “serviço social”.

Como critério de inclusão, foi definido produções de Assistente Sociais, que trata de alguma forma sobre sexualidade e diversidade sexual.

Para que fosse possível chegar à essa conclusão preliminar, foi realizada a leitura do título, resumo e introdução dos artigos levantados.

Neste processo de investigação inicial, foi encontrado 66 artigos que tematizam a sexualidade, e, a partir dos critérios de exclusão e inclusão, restaram 42 artigos que tratam especificamente da diversidade sexual e 3 artigos que versam especificamente sobre a política públicas.

Cabe aqui sinalizar, que apesar do marco temporal inicial ter sido estabelecido a partir de 2010, foi encontrado oito artigos em uma só revista, sendo anterior, no ano de 2009, na revista *O Social em Questão*, publicado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio).

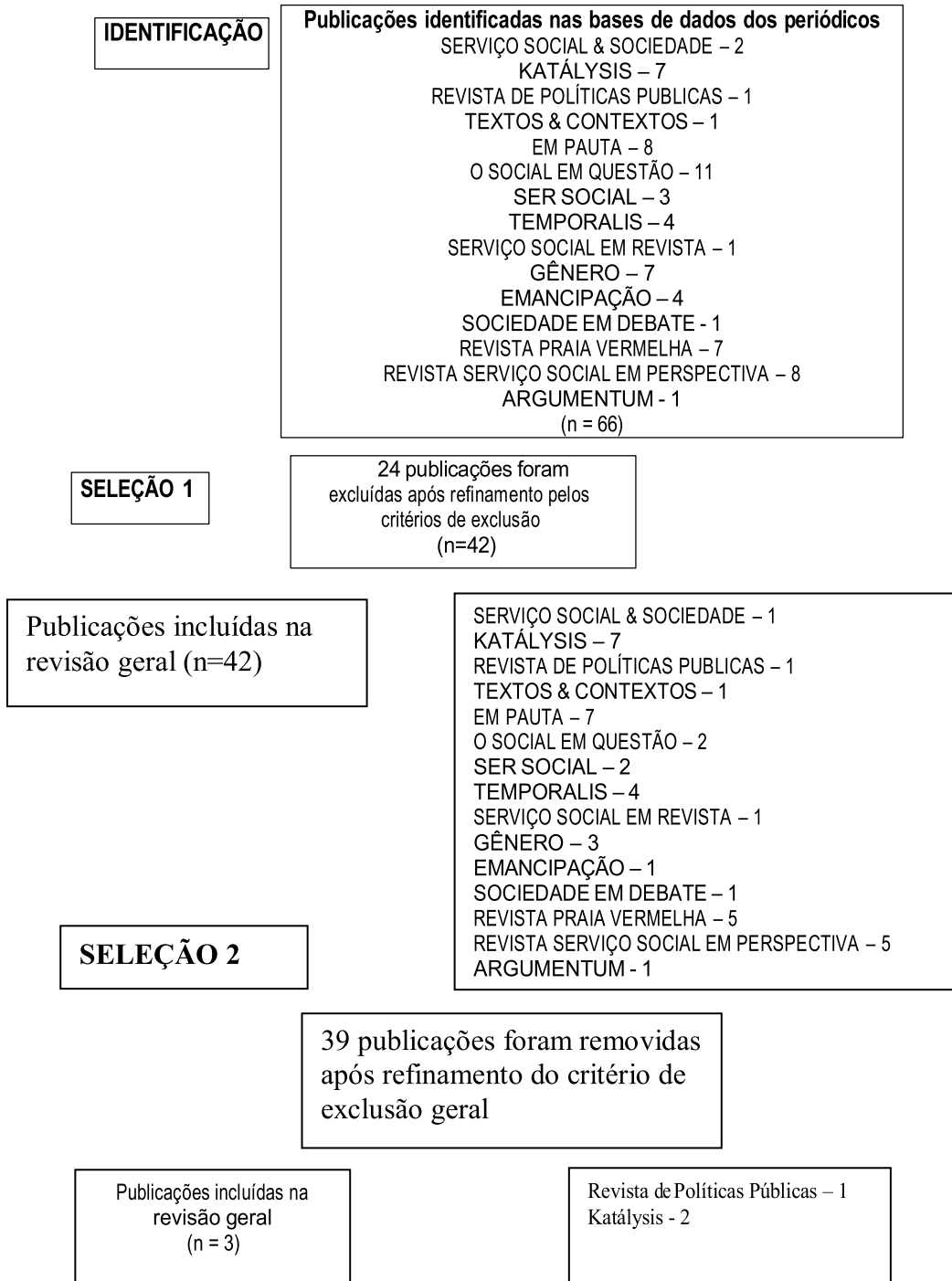
Ainda sobre a revista *O Social em Questão*, sinaliza-se aqui que tal revista foi a primeira revista a ainda em 2009 a apresentar um dossiê com a temática da diversidade sexual e desses oito artigos, apenas um deles, foi produzido por assistente social.

Segundo Campos (2004), nessa primeira fase de análise do levantamento realizado, temos a leitura preliminar, com intuito de aproximação ao tema, relacionar o material elencado a partir dos critérios de inclusão e exclusão; tabulação das temáticas em grupos e subgrupos, a partir da pergunta norteadora;

Neste estado da arte, foi possível perceber, que apesar de expressivo e amadurecido o debate dentro do interior da categoria, há uma lentidão na produção teórica e repetidos autores e a invisibilização do tema.

Para melhor compreensão do momento de delimitação da análise, ilustro com a figura 2 abaixo.

**FIGURA 2**



**Fonte:** Sistematizada pela autora, (2023).

**TABELA 1 – Quadro sinóptico de caracterização dos artigos analisados sobre diversidade sexual (2010-2020)**

Nº	AUTORES (primeiro autor)	TÍTULOS	PERIÓDICOS	ANO	TEMAS
1.	MOTA, MP	As contribuições dos estudos de gênero no âmbito das homossexualidades: o masculino como questão	Gênero	2011	Homossexualidade
2.	PEIXOTO, VB	Crimes contra LGBT no Brasil e o discurso do estado pelos órgãos de segurança pública e jurídicos	Gênero	2020	LGBT
3.	SIRELLI, PM	Consultório LGBT: (re)construindo narrativas de combate às violências LGBTfóbicas na saúde em Macaé, Rio de Janeiro	Gênero	2020	LGBT
4.	LACERDA, M	Gênero e sexualidade em devir: desafios e possibilidades no cenário educacional	Emancipação	2016	LGBT
5.	SOFAL, A	Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: Ser “T” e “Estar Prostituta”	Serviço Social em Revista	2019	Travestilidades
6.	SILVA, A	“O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT	Ser Social	2015	Direitos LGBT
7.	HORST, C	'Segura, Devolve e Arquiva': estratégias do Congresso Nacional brasileiro para impedir o reconhecimento de famílias homoparentais	Ser Social	2019	Direitos LGBT
8.	SILVA, R	Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS	Serviço Social e Sociedade	2018	Direitos LGBT
9.	TRINDADE, M	A transexualidade na esfera jurídica: desafios e contradições	Revista Praia Vermelha	2019	Transexualidade
10.	TRINDADE, M	Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social	Revista Praia Vermelha	2015	Transexualidade
11.	TAVARES, M	Profanações do silêncio: indícios para transversar sexualidades e gêneros no S. Social.	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	Transexualidade
12.	MELO, KSS	União homoafetiva: liberdade de orientação sexual ou normalização estatal da homossexualidade?	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	homossexualidade
13.	MOTA, MP	“Ao sair do armário encontrei a velhice”: a homossexualidade masculina e a experiência de envelhecer	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	Homossexualidade
14.	FROEMMING, CN	Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil	Revista de Políticas Públicas	2010	Políticas LGBT



15.	MENEZES, MS.	Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador	Katálysis	2017	Direitos LGBT
16.	FERREIRA, GG	Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas	Katálysis	2013	Políticas LGBT
17.	MARINHO, S	Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva	Katálysis	2018	Transexualidade
18.	HORST, C	Os partidos políticos envolvidos na disputa pelo reconhecimento das famílias homoparentais	Katálysis	2018	Direitos LGBT
19.	ROCON, PC	Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador	Katálysis	2018	Transexualidade
20.	ROCON, PC.	Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública	Katálysis	2016	Transexualidade
21.	SILVA, PMG.	Do eclipse ao raiar do para si LGBT na política educacional brasileira	Katálysis	2018	Políticas LGBT
22.	GÓIS, JBH	A intersetorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro	Textos & Contextos	2018	Direitos LGBT
23.	NETTO, JPS	A produção acadêmica sobre diversidade sexual	Em Pauta	2011	LGBT
24.	LIMA, RLL	Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões	Em Pauta	2011	LGBT
25.	DUARTE, MJO	Diversidade sexual e política nacional de saúde mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes	Em Pauta	2011	LGBT
26.	BERMÚDEZ, MSM	Diferencias y identidades sexuales: lecturas críticas desde la economía y la ciencia política	Em Pauta	2011	LGBT
27.	MESQUITA, M	“O amor fala todas as línguas”: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS	Em Pauta	2011	LGBT
28.	MARQUES JR, JS	Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?	Em Pauta	2011	Homossexualidade
29.	IRINEU, BA	Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil	Em Pauta	2014	Direitos LGBT
30.	DUARTE, MJO	Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena	Temporalis	2014	Direitos LGBT

31.	FERREIRA, GG	Violência, Interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas	Temporalis	2014	Travestilidade
32.	SANTIAGO, KC	Homossexualidade: sexualidade no envelhecimento	Temporalis	2014	Homossexualidade
33.	IRINEU, BA	10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas	Temporalis	2014	LGBT
34.	SILVA, BO	Controle do câncer rumo ao arco-íris	O Social em Questão	2017	Transexualidade
35.	MARINHO, S	Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?	O Social em Questão	2017	Transexualidade
36.	MARINHO, S	Serviço Social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea	Revista Serviço Social em Perspectiva	2020	Transexualidade
37.	ROSA, TD	Retificação de registro civil de adolescente transexual: Contribuições do Serviço Social	Revista Serviço Social em Perspectiva	2019	Transexualidade
38.	SILVA, PN	A violência contra as mulheres transexuais e a Lei Maria da Penha: uma expressão da questão social	Revista Serviço Social em Perspectiva	2017	LGBT
39.	SANTOS, MGS	A ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador	Revista Serviço Social em Perspectiva	2018	LGBT
40.	RICARDO, KS	A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS: interlocuções com a experiência do espaço trans Hospital das Clínicas UFPE	Revista Serviço Social em Perspectiva	2019	Transexualidade
41.	GÓIS, JBH	Nome social para pessoas trans: avanços e desafios	Sociedade em Debate	2020	LGBT
42.	SANTOS, SM.M.	Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo	Argumentum	2017	LGBT

**Fonte:** Sistematizada pela autora, (2023).

Assim, apesar do pequeno acervo, é percebido que ele se manifesta a partir de duas tendências: a) primeiro e mais amplo, sobre o campo da diversidade sexual, aqui identificado de LGBTQI+, com vinte artigos; e b) e artigos que correlatos com essa temática, abordando temas como homossexualidade, com oito artigos, ou da transexualidade, incluindo aí poucas de travestilidade, com quatorze artigos.

Dessa forma, retomando a inquietação inicial do referido trabalho, após exposição da metodologia utilizada, temos a seguir a apresentação sistêmica do material analisado, para tratamos teoricamente, como o serviço social, trata a diversidade sexual, com foco nas políticas de direitos LGBT.

**TABELA 2 – Diversidade sexual e políticas públicas.**

<b>Nº</b>	<b>AUTORES</b> (primeiro autor)	<b>TÍTULOS</b>	<b>PERIÓDICOS</b>	<b>ANO</b>	<b>TEMAS</b>
1.	SILVA, PMG.	Do eclipse ao raiar do sol para si LGBT na política educacional brasileira	Katálysis	2018	Políticas LGBT
2.	FROEMMING, CN	Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil	Revista de Políticas Públicas	2010	Políticas LGBT
3.	FERREIRA, GG	Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas	Katálysis	2013	Políticas LGBT

**Fonte:** Sistematizada pela autora, (2023).

## 2.1 A ANÁLISE EM QUESTÃO

Os três artigos sob o enfoque de análise: 1- Barbosa; Silva (2018), 2- Froemming; Irineu; Navas (2010) e 3- Ferreira; Aginsky (2013) realizam uma análise sobre a questão da sexualidade e de gênero sob uma perspectiva de remontar a concepção histórica e teórica e os movimentos sociais e políticas sociais a partir dos seguintes autores em comum: Butler (2003), Butler (2010), presentes nos trabalhos 2 e 3, Foucault (1988), presente nos três trabalhos, Louro (2004), Louro (2007) e Louro (2000) presentes no 1 e 3.

Os três trabalhos trabalharam a perspectiva das políticas sociais imbricadas nas relações sociais a partir dos movimentos sociais e das contradições que perpassam o Estado no pós-1988 e a promulgação da Constituição Federal de forma crítica. Ressalta o papel do Brasil Sem Homofobia, citado pelos trabalhos 1, 2 e 3 enquanto política social de Estado.

Para Barbosa; Silva (2018) a sexualidade se constituirá a partir das relações entre o indivíduo genérico localizado nas relações sociais, utilizaram da categoria gênero humano enquanto livre e consciente para realizar as análises que perpassam a temática de gênero e sexualidade.

É no âmbito social que se constroem e se reproduzem as relações entre os diversos sujeitos. Desta maneira, de que modo o gênero, o qual implica cultura e relações de poder, faz-se constituinte da identidade dos sujeitos? É

preciso, para dar resposta a tal questionamento, que envolve uma categoria fluida e mutável, conceber outra categoria complexa: a identidade. (Barbosa; Silva, 2018, p. 565)

Assim sendo, as autoras utilizam da percepção da localização do gênero e sexualidade no seio das relações sociais, corroborando com a revisão bibliográfica realizada no campo das ciências sociais e humanas previamente e apreendendo as relações de poder e sua interlocução com a cultura. O gênero e a sexualidade são apreendidos não de maneira fixa e estática e sim em movimento com o desenvolver das relações sociais.

Através de Louro (2004) *apud* Barbosa; Silva (2018) e Jesus (2012) *apud* Barbosa; Silva (2018) descreverão o processo de adesão e construção de uma identidade por parte dos sujeitos enquanto um ato político. Distingue-se identidade de gênero de orientação sexual.

Consoante ao pensamento de Foucault (1988), a formação das identidades se efetua mediante a junção de um conjunto heterogêneo o suficiente para abarcar instituições, organizações sociais e todo um aglomerado de convenções morais e construções filosóficas, que interferem de modo significativo nas formas como são sistematizadas as relações sociais. Desse modo, o autor denomina esse conjunto como sendo: dispositivo histórico de poder. (Barbosa; Silva, 2018, p.565-566)

Utilizando-se de Cisne (2005) *apud* Barbosa; Silva (2018) as autoras refletem o campo da educação enquanto um locus privilegiado para a construção e até mesmo a desconstrução dessas identidades, compreendendo os dispositivos sociais perpassados por relações de poder e de projetos políticos.

Junqueira (2009) *apud* Barbosa; Silva (2018) destaca o papel da reprodução da instituição escolar na reprodução de padrões normativos e padrões sociais e que moldam as subjetividades a forma de apreender e compreender os corpos.

As autoras destacarão a década de 1980 enquanto espaço inicial de discussão dentro da educação sobre as temáticas de sexualidade e gênero no Brasil.

É na década de 1980 que começam a ser discutidas, no âmbito da educação no Brasil, problemáticas em torno das identidades de gênero e suas formas de expressão, bem como discute-se diversidade sexual e homofobia. A segunda metade dessa década acompanha, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, um novo momento no país. Ampliaram-se, com relação à educação, as responsabilidades entre o poder público e a sociedade devido às demandas impostas pelo processo de globalização do mundo moderno. Nesse âmbito, avalia-se no art. 205 da Constituição a relevância da educação como uma política pública de direito de todo. (Barbosa; Silva, 2018, p.566)

O que mobilizará segundo as autoras, de maneira conservadora e heteronormativa, dentro das políticas públicas de educação será a AIDS na década de 1990 e a necessidade através de desenvolvimento de políticas de educação sexual voltadas ao "sexo seguro". Retira-se as categorias, conforme análise de Barbosa; Silva (2018), que possam dar ao entendimento de homossexualidade, bissexualidade, travestilidades ou transexualidades, sendo mencionada a categoria orientação sexual apenas uma vez no documento.

Em 1996 o governo federal sob presidência de Fernando Henrique Cardoso institui o PNDH, Programa Nacional de Direitos Humanos, onde se tem a inclusão de homossexuais em seu texto orientado ao "desenvolvimento de ações voltadas à proteção do direito à vida, salvaguardando o tratamento igualitário perante a lei." (Barbosa; Silva, 2018, p.567) sem resultado ou propostas voltadas primariamente aos LGBTs.

Oficialmente lançados em 1997, por meio da Lei nº 9.394, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), distribuídos ao longo do território nacional pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto, no início de 1998, integram temas a respeito da sexualidade e do gênero no currículo e nas escolas. Apesar disso, essas temáticas encontravam-se subordinadas ao trinômio corpo-saúde-doença vinculado ao tema transversal denominado por Orientação Sexual, delimitando sua reflexão ao campo da saúde. (Barbosa; Silva, 2018, p.567)

Barbosa; Silva (2018) destacarão o ano de 2002 enquanto fundamental para a inclusão das demandas advindas da população LGBT e a sua inserção no Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNHD II), inclui-se a questão da liberdade à livre orientação sexual, liberdade de expressão, culto e crença. Em 2003 pelo CNCD constitui-se uma comissão permanente para denúncias de violações aos direitos humanos.

Para mais, há em 2003, no governo Lula, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O documento afirma que educar em direitos humanos é potencializar processos de educação formal e não-formal, de maneira a contribuir para a "[...] construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas". (Barbosa; Silva, 2018, p. 568)

O Brasil Sem Homofobia foi instituído no ano de 2004 através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o enfoque "na oposição à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, às violências físicas, verbal e simbólica

sofridas pelo público LGBT. Logo, nascia o Projeto Escola sem Homofobia.” (Barbosa; Silva, 2018, p. 568)

Em 2007 tem-se uma nova versão do PNEDH (BRASIL, 2007), na qual se estabelece como ações programáticas tanto para a educação básica quanto para a superior, o fomento da inclusão, no currículo escolar de temas transversais, tais como: gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Todavia, o mesmo continua em sua timidez ao tratar da promoção da cidadania e DH de pessoas não-heterossexuais. Em 2009, lançou-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, mais conhecido como Plano Nacional LGBT (Barbosa; Silva, 2019, p.568-569)

### E prossegue

Fora lançado, também, o PNDH III objetivando revisar o PNDH II, incorporando abordagens levantadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e nas Conferências temáticas realizadas desde 2003. No PNDH III, em seu eixo III intitulado Universalizar direitos em um contexto de desigualdade, um dos objetivos estratégicos do plano remete à garantia do respeito à “livre orientação sexual e identidade de gênero”. (Brasil, 2010, p. 98, apud Barbosa; Silva, 2018, p.569)

Em 2011 foi projetado o lançamento do material Escola Sem Homofobia, repudiado imediatamente por setores fundamentalistas organizados politicamente dentro do Estado em bancadas religiosas e denominado pejorativamente enquanto kit gay, o material nunca chegou a circular. A organização no Congresso e na sociedade civil desses setores conservadores e religiosos impactaram diretamente no Plano Nacional de Educação de 2017, sendo retirada a homofobia da lista de preconceitos a serem combatidos, bem como uma cruzada contra as palavras gênero e sexualidade nos Planos Municipais de Educação, nos Planos Estaduais de Educação.

Para mais, organizado em função do Projeto Escola Sem Homofobia, o material Escola Sem Homofobia seria distribuído no ano de 2011 por todo território nacional. O projeto havia confeccionado dois produtos: primeiro, um composto de recomendações para orientar a revisão, formulação e implementação de políticas públicas que se referissem à problemática da homofobia no âmbito educacional brasileiro; segundo, a elaboração de estratégias de comunicação para problematizar as questões da homossexualidade de um modo mais justo. Não obstante, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional principiaram campanhas contra o mesmo, denominando-o pejorativamente de kit gay (Barbosa; Silva, 2018, p.569)

O enfoque do trabalho de Barbosa; Silva (2018) é a política educacional e a escola enquanto um campo de disseminação de ideologias que perpassam a

constituição da sexualidade e do gênero ou a sua negação e repressão. Ressaltando o papel da educação na sociabilidade do capital enquanto dispositivo ideológico e de controle, uma forma de moldar sujeitos de acordo com a disciplina do trabalho e não da constituição dos sujeitos enquanto integrantes do gênero humano onde prevaleça a perspectiva de universalidade, totalidade e liberdade.

Destaca-se o papel do neoliberalismo e de seu regime fiscal na negação e impedimento de elaboração de políticas sociais de sexualidade e gênero, bem como a movimentação de setores religiosos e conservadores em prol da disseminação da ideologia burguesa que nega sistematicamente a subjetivação e os direitos da população LGBT.

Froemming; Irineu; Navas (2010) partirão da análise do surgimento do movimento LGBT no final da década de 1970. “O movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970, colocando em cena a busca por reconhecimento político de gays e lésbicas no contexto da ditadura militar (FACCHINI, 2005)” apud (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p. 162).

Os anos 80 e 90 trazem novas questões ao cenário, além das lutas pela “despatologização” da homossexualidade e por legislação antidiscriminatória, em busca da legalização do “casamento gay”, pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares e pelo protagonismo dos sujeitos em relação ao HIV/ AIDS. (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p. 162).

Trazem sob perspectiva o movimento de despatologização e da normalização da sexualidade enquanto algo constituído socialmente, retirando do aspecto biologizante e biomédico e trazendo para a arena dos movimentos sociais e das ciências sociais e humanas o debate da sexualidade e a luta por direitos sociais na sociedade brasileira marcada até a década de 1980 por resquícios e tentativas de ruptura com a ditadura militar.

Desde a emergência do movimento LGBT, a violação de direitos humanos e sociais, a invisibilidade nas políticas públicas e a intolerância vivenciada nas relações sociais impõem a necessidade da efetivação do Estado laico, já garantido constitucionalmente no Brasil. E mais que isso, que o Estado assuma o compromisso de equiparar os direitos entre heterossexuais e homossexuais decorrentes de demandas destes segmentos, geralmente voltadas para o âmbito da saúde e, outras, recentes, no âmbito da segurança pública, como as políticas para prevenção e tratamento do HIV/AIDS e as ações do Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II) (Froemming; Irineu; Navas; 2010, p.162-163)

Ressalta-se de acordo com o primeiro trabalho analisado o Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II). O diálogo aberto do primeiro governo Lula com os

movimentos sociais de dissidências sexuais e de gênero também se fez presente entre os anos de 2002-2006. (Froemming; Irineu; Navas, 2010)

No seio das políticas públicas e sociais há a desresponsabilização do Estado, a sua omissão e negação, principalmente no tangente aos direitos de homossexuais, bissexuais, travestis e lésbicas. A partir da lógica neoliberal há uma ascensão do terceiro setor, principalmente ONGs – organizações não-governamentais – no que concerne ao acesso de LGBTs à direitos sociais. (Froemming; Irineu; Navas, 2010)

Esta transferência de responsabilidades, marcadamente neoliberal, está visivelmente presente no Programa Brasil sem Homofobia (2004), e se repete de forma mais diluída no processo de construção da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT (2008) e no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009) [...] (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p.163)

De acordo com Froemming; Irineu; Navas (2010) as movimentações até 2008 envolveram mais as ONGs do que os próprios órgãos Estatais nas atividades realizadas nos planos do Brasil Sem Homofobia, bem como na promoção de direitos e cidadania atrelados às dissidências sexuais e de gênero.

O Plano LGBT foi lançado recentemente, em 14 de maio de 2009, e compilou as proposições da conferência nacional em 2 eixos estratégicos: I- Promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT; II- Implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT, com ações a serem desenvolvidas a curto prazo (ainda em 2009) e em médio prazo (até 2011), distribuídas entre os ministérios: da Saúde; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Trabalho e Emprego; Previdência Social; Relações Exteriores; Turismo; Justiça; Segurança Pública; Educação; Cultura; Defesa; Cidades; Meio Ambiente; Planejamento, Orçamento e Gestão e a SEDH. (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p. 166)

Destaca-se a exclusão dos movimentos LGBT desse processo, sendo construído pelo corpo técnico do governo e seus servidores de todos os ministérios. (Froemming; Irineu; Navas, 2010)

Os autores irão problematizar a concepção das políticas sociais e públicas voltadas ao familismo, destacando um processo de exclusão dos laços comunitários, volta-se assim à uma concepção patriarcal e nuclear de família, focalizando ainda mais as políticas sociais e as enquadrando dentro de uma lógica heterossexista e patriarcal.

As políticas sociais são marcadas pela história das tecnologias de normalização dos corpos e intervenção dos dispositivos biotecnológicos de produção da subjetividade, concernentes às questões de gênero e sexualidade. O domínio dos corpos direcionados ao trabalho, e não ao prazer,



a produção dos corpos masculinos e femininos em antagonismo, a subalternização dos sujeitos do feminino e as desigualdades baseadas na diferença anatômica do sexo que tornam invisíveis as “sexualidades disparatadas”, assim nomeadas por Foucault (1989). E encontram-se materializadas na maneira como se formulam, implementam e executam estas políticas. (Froemming; Irineu; Navas, 2010, p.169)

Ferreira; Aginsky (2013) irá partir da perspectiva da sexualidade e do gênero enquanto categorias em movimento de acordo com cada configuração social e histórica no percurso da humanidade e as formas de controle e repressão que constituem a heteronorma e a cisgeneridade enquanto ideologia central do desenvolvimento da sociedade moderna e contemporânea.

Na quadra histórica contemporânea, a permanência dos movimentos sociais combativos na dinâmica social tem se mostrado cada vez mais complicada. No seu resgate sobre o surgimento dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs) no Brasil, Gohn (1997) afirma que houve uma alteração substancial nas relações entre o Estado e o chamado Terceiro Setor da sociedade, sobretudo entre os anos 1990. Nessa década, ainda quando o governo era considerado inimigo, figura uma nova postura dos movimentos sociais de um modo geral no qual eles passam a ser copartícipes das políticas públicas. Seus agentes foram sendo gradativamente capturados pelo Estado na forma de parceiros, e com o surgimento de movimentos sociais ainda mais interessados em aliar-se ao poder estatal, os mais combativos foram se fragilizando no que pesa as suas participações políticas. (Gohn, 1997 apud Ferreira; Aginsky, 2013, p.227)

Destaca-se novamente o papel de desresponsabilização do Estado e do Terceiro Setor na linha de frente da organização de políticas sociais para LGBTs, fenômeno neoliberal por excelência, a desresponsabilização do Estado também parte da premissa de não se responsabilizar para com os setores excluídos e marginalizados historicamente, não por omissão, mas por refuncionalizar determinadas formas de opressões históricas enquanto ferramenta de acumulação capitalista, mantendo um alto contingente populacional enquanto exército industrial reserva.

A criação e o fomento de políticas públicas, cabe afirmar, apresentam-se como bandeira principal dos movimentos sociais de gênero e sexualidade. Com a promulgação da Constituição da República em 1988, inicia-se o reconhecimento das desigualdades sociais objetivando a distribuição igualitária dos direitos sociais (COUTO, 2004). As políticas e as ações afirmativas de valorização da raça negra e da cultura indígena, os direitos e as chances iguais entre homens e mulheres se conformarão como as primeiras políticas públicas a serem pensadas no Brasil. A diversidade sexual, nesse cenário, será o último item a entrar na agenda antidiscriminatória federal, como bem mostram as datas de fundação da Frente Parlamentar Mista Pela Livre Expressão Sexual na Câmara dos Deputados (2003) e o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), primeiras

ações do governo nacional para essa população (Couto, 2004, apud Ferreira; Aginsky, 2013, p. 229)

Para Ferreira; Aginsky, 2013, as políticas sociais de diversidade sexual serão as últimas a serem constituídas e implementadas no Brasil, tendo o seu marco em 2004 no Programa Brasil sem Homofobia, datando daí as primeiras movimentações para a constituição de algo na defesa dos LGBTs no âmbito Estatal.

A conclusão da análise dos três trabalhos referidos é o não envolvimento do Serviço Social nos trabalhos por parte dos autores, todos os autores pertencem ao campo do Serviço Social, embora se citem referências da área, não há uma correlação entre sexualidade e gênero, políticas sociais e políticas públicas e Serviço Social.

Mostra-se uma parca produção dentro do Serviço Social neste campo de discussão e estudo, uma vez que o Serviço Social ainda se constitui num movimento de análise e autoanálise acerca do seu próprio surgimento e fundamentos teóricos e metodológicos, ou seja, realiza mesmo que com uma abertura após o movimento de reconceituação, um movimento endógeno e voltada às suas próprias questões históricas.

Todos os autores citam as décadas de 1970, 1980 e 1990 enquanto parâmetro para a análise das políticas sociais e públicas no campo de sexualidade e gênero. Destaca-se aqui que todos os autores citam o advento da AIDS enquanto elemento central para a análise, a biologização do social e as tentativas de ruptura entre o modelo biomédico no que se refere à compreensão da sexualidade e do gênero enquanto categorias históricas e construídas socialmente, o avanço do debate no campo das ciências humanas e sociais foram fundamentais para esta compreensão dentro do próprio Serviço Social a partir da sua aproximação e inserção na universidade enquanto faculdade e curso de ensino superior.

Todos os autores problematizam a relação entre Estado e políticas sociais e a sua negligência e execução nos marcos do neoliberalismo, de maneira focalizada e fragmentada, destacam a ascensão das ONGs e do Terceiro Setor enquanto principal responsável pela execução de políticas sociais nas temáticas de sexualidade e gênero, mostrando um apagamento histórico e de desresponsabilização do Estado não só com as políticas sociais e públicas em desmonte, mas o apagamento e ocupação do lugar de não-sujeito de LGBTs nos marcos do Estado capitalista brasileiro contemporâneo, controlado por representantes dos segmentos de uma

burguesia religiosa e fundamentalista que enxergam os LGBTs enquanto sujeito-alvo merecedor de uma violência histórica e genocídio.

## CONCLUSÃO

Revisitar o passado é um preceito essencial para a compreensão da realidade presente e pautarmos um futuro mais justo, livre de discriminação seja ela de raça, cor, orientação sexual e identidade de gênero.

Historicamente, como percebido ao longo desse trabalho, as instituições de poder e prestígios sociais, atuaram e atuam para a perpetuação e manutenção do *status quo*, seja pela ordem do poder biomédico com teorias essencialistas na ordem do sexo-gênero e controle dos corpos, seja pelo aparato do Estado com as forças repressoras presentes, como no contexto da ditadura militar brasileira, no período de 1964 a 1985.

Reconhecer a sexualidade e o gênero como fruto das relações sociais, com determinações não fixas e mutáveis permite que a sociedade, seja pautada pela lógica da valorização da cultura, da liberdade individual e das garantias constitucionais.

É importante ressaltar o histórico protagonismo dos movimentos sociais, das mídias alternativas e do processo de rebeldia da classe trabalhadora para a intervenção e manutenção da realidade mesmo contra aqueles que tentam oprimir e silenciar as vozes e apagar os corpos daqueles que ousam sonhar e lutar uma vida digna dentro da lógica do capital.

Faz-se necessário destacar, que mesmo dentro da luta do movimento à livre orientação sexual e dissidências de gênero, existe uma disputa de narrativas e protagonismo, sobre de homens gays cisgênero em detrimentos de mulheres, mulheres negras e travestis e transexuais.

Dito isso, o protagonismo dos movimentos sociais, para pautar e acompanhar a implementação de políticas sociais que garantissem a dignidade humana em uma sociedade onde a normalidade é a cisgênero e heterossexual precisa ser destacada, vindo desde antes da promulgação da constituição federal de 1988 e se fazendo presente no pós-promulgação da república da constituição federal 1988, demonstrando aqui o protagonismo histórico na luta pela efetivação dos direitos sociais para todas e todos.

Por outro lado, não se pode esquecer, a tentativa constante do apagamento e afastamento dos movimentos sociais, ora usado para legitimação do governo, ora para silenciamento e cooptação como no caso da elaboração do Plano LGBT lançado em 14 de maio de 2009 (Froemming; Irineu; Navas, 2010).

É importante reconhecer que elaboração de políticas públicas em detrimento de políticas sociais que lidem de fato com as questões de gênero, raça e orientação sexual, configura como uma desresponsabilização do Estado, cada vez mais fragmentado. É a expressão máxima do neoliberalismo presente na gestão pública, seja através do processo de organizações não governamentais ou empresas de responsabilidades mistas. Contudo, configuram, uma área de atuação, intervenção e que mesmo focalizada e fragmentada, com potencial de transformação.

Para o Serviço Social enquanto, uma área de caráter interventiva, apropriar do debate de sexualidade, que apesar de tímido em suas produções expressa um amadurecimento teórico, é um norteador para a elaboração e execução de políticas sociais, enquanto ideal, e também das políticas públicas como espaço de atuação e possibilidades de articulação para a emancipação humana dos corpos e sexualidades dissidentes.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. do S. **A Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro**. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (org.) 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, 2012.
- ANDRADE, M. A. R. **A sexualidade no campo das Ciências Sociais**: O panorama histórico e a questão do essencialismo e o construtivismo social. In: Anais do 1º Seminário de Sociologia da Saúde e Ecologia Humana. UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. 2010
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2010.
- CARRARA, S. (et al). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Serviço Social e Lei 8.662 de 1993 de Regulamentação da Profissão**, Brasília, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Maio de 68 não ocorreu**. In: Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência, v.8, n.1, 2015.
- DUARTE, M. J. O. et al. Serviço social e diversidade sexual: um estudo de revisão. In: IRINEU, B. A. et. al. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: saberes plurais e resistências. Campina Grande; Salvador: Realize. Devires, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75149>>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte. In: DUARTE, M. J. O. et. al. (org.). **Sexualidade & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023.
- EDDINE, E. A. C. et. al. **As mídias alternativas ChanacomChana e Lampião da Esquina**: uma trajetória de resistência, identidade e visibilidade. In: Research, Society and Development v. 10, n. 3. 2021.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993
- FROEMMING, C. N.; IRINEU, B. A.; NAVAS, K. GÊNERO E SEXUALIDADE NA PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 14, p. 153–164, 2012. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/397>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- HARVEY, D. **A condição pós moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 2008.
- HEILBORN, M. L. **Gênero e Hierarquia**: A costela de Adão revisitada. In: Revista Estudos Feministas, v.1, n.1, 1993.

IAMAMOTO, M. CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez; Celats, 2008  
ILARI, Mayumi Denise S. **Dez Obras Para Se Pensar A Contracultura Dos Anos 1960**. FFLCH, USP, 2017.

JACKSON, G. B. Methods for integrative reviews. **Review of educational research fall**, v. 50, n. 3, p. 438-460, 1980.

LOYOLA, M. A. **A antropologia da sexualidade no Brasil**. In: Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 10 (1), 2000.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, V. B. **Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil**. In: Periódicus Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades, n. 10, v.1.2019

PONGE, R. **1968, dos movimentos sociais à cultura**. In: Organon, n.47, UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

PRATA, M. R. **A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa de seus direitos**. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 2008.

ROHDEN, F. **A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise**. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 60. 2005.

RUBIN, G. The traffic in women. In: REITER, R. (edt.). **Towardan antropology of women**. Nova York: Monthly Review Press, 1975.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein, v. 1,n.8, p. 102-106, 2010.

VANCE, C. S. **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. Physis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-32, 1991.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.